

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026	7
DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025	8
Demonstração de Valor Adicionado	9
Comentário do Desempenho	10
Notas Explicativas	12

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	20
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	21
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	22
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	23

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	4.069.715.169
Preferenciais	0
Total	4.069.715.169
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	1.385.598	1.326.802
1.01	Ativo Circulante	1.296.164	1.274.528
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.261.998	1.272.138
1.01.06	Tributos a Recuperar	25.548	2.090
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	25.548	2.090
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	8.618	300
1.01.08.03	Outros	8.618	300
1.01.08.03.01	Valores a Receber - Contrato de Mútuo	8.618	300
1.02	Ativo Não Circulante	89.434	52.274
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	89.434	52.274
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	3.704	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	85.730	52.274
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	310	310
1.02.01.10.05	Valores a Receber - Contrato de Mútuo	85.420	51.964

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	1.385.598	1.326.802
2.01	Passivo Circulante	55.971	27.260
2.01.02	Fornecedores	4	4
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	4	4
2.01.03	Obrigações Fiscais	16.228	2.790
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	16.228	2.790
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	16.228	2.790
2.01.05	Outras Obrigações	39.739	24.466
2.01.05.02	Outros	39.739	24.466
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	39.739	24.466
2.02	Passivo Não Circulante	119	119
2.02.04	Provisões	119	119
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	119	119
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	119	119
2.03	Patrimônio Líquido	1.329.508	1.299.423
2.03.01	Capital Social Realizado	1.210.200	1.210.200
2.03.04	Reservas de Lucros	89.223	89.223
2.03.04.01	Reserva Legal	7.191	7.191
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	82.032	82.032
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	30.085	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	2.799	5.396	-48	-131
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-119	-164	-48	-131
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	3.215	6.126	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-297	-566	0	0
3.04.05.01	Tributos sobre Receitas Operacionais	-297	-566	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.799	5.396	-48	-131
3.06	Resultado Financeiro	-195	40.169	38.919	55.464
3.06.01	Receitas Financeiras	41.472	83.805	38.919	55.464
3.06.02	Despesas Financeiras	-41.667	-43.636	0	0
3.06.02.01	Tributos sobre Receitas Financeiras	-1.928	-3.897	0	0
3.06.02.02	Juros s/Capital Próprio	-39.739	-39.739	0	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	2.604	45.565	38.871	55.333
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-879	-15.480	-9.245	-13.157
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.725	30.085	29.626	42.176
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.725	30.085	29.626	42.176
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,00042	0,00739	0,0084	0,0136

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	1.725	30.085	29.817	42.456
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.725	30.085	29.817	42.456

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	20.065	-455.258
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	20.065	42.456
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	0	-497.714
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-3.704	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-26.501	499.720
6.03.01	Outros Valores a Receber - Mútuo	-41.774	0
6.03.02	Juros s/ Capital Próprio	39.739	0
6.03.03	Dividendos	-24.466	0
6.03.04	Ajuste exercícios anteriores	0	-280
6.03.05	Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital	0	500.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-10.140	44.462
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.272.138	1.220.689
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.261.998	1.265.151

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.210.200	0	89.223	0	0	1.299.423
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.210.200	0	89.223	0	0	1.299.423
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	30.085	0	30.085
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	30.085	0	30.085
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.210.200	0	89.223	30.085	0	1.329.508

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	710.200	0	10.395	0	0	720.595
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	280	0	0	280
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	710.200	0	10.675	0	0	720.875
5.04	Transações de Capital com os Sócios	500.000	0	0	0	0	500.000
5.04.01	Aumentos de Capital	500.000	0	0	0	0	500.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	42.176	0	42.176
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.210.200	0	10.675	42.176	0	1.263.051

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
7.01	Receitas	5.560	0
7.01.02	Outras Receitas	5.560	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	5.560	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	5.560	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	79.908	55.464
7.06.02	Receitas Financeiras	79.908	55.464
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	85.468	55.464
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	85.468	55.464
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	15.480	13.157
7.08.02.01	Federais	15.480	13.157
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	164	131
7.08.03.03	Outras	164	131
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	69.824	42.176
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	39.739	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	30.085	42.176

Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DE DESEMPENHO – 2º TRIMESTRE DE 2026

A Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S/A – CADIP, em conformidade com as disposições das Leis Federais nº 6.404/76 e nº 13.303/16, bem como com as normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, apresenta as informações relativas ao primeiro trimestre de 2026. Em anexo, seguem as demonstrações contábeis intermediárias revisadas pelos Auditores Independentes e as respectivas Notas Explicativas.

Constituída em 26 de dezembro de 1995, sob a forma de sociedade anônima e controlada pelo Estado do Rio Grande do Sul, a CADIP tem como finalidade apoiar o Tesouro Estadual na gestão da dívida pública. Ao longo de sua evolução institucional, incorporou ao seu objeto social a atuação como garantidora em contratos de Parcerias Público-Privadas (PPPs), bem como a possibilidade de participação, como investidora, em instrumentos financeiros e projetos alinhados às diretrizes de desenvolvimento econômico do Estado.

No segundo trimestre de 2026, a CADIP manteve sua trajetória de consolidação como instrumento estratégico do Estado do Rio Grande do Sul na estruturação de soluções financeiras e no apoio a projetos de desenvolvimento econômico.

O período foi marcado pela continuidade das iniciativas já iniciadas, com destaque para o fortalecimento de parcerias institucionais, evolução de estruturas financeiras inovadoras e avanço na agenda de apoio a investimentos, especialmente por meio de mecanismos estruturados.

No primeiro trimestre de 2026, a Companhia concentrou esforços na estruturação e implementação de instrumentos financeiros voltados à viabilização de políticas públicas, com destaque para o apoio creditício aos municípios gaúchos. Considerando sua natureza não financeira, a CADIP operacionalizou, na fase inicial, o Programa Avançar Mais Cidades por meio do Badesul, para o qual já havia destinado recursos da ordem de R\$ 100 milhões até o final do primeiro trimestre. Neste segundo trimestre foi assinado um aditivo ao contrato de mais 25 milhões para o Badesul, totalizando 125 milhões dos quais já contratados e liberados aproximadamente R\$ 121 milhões.

Paralelamente, ainda no segundo trimestre 2026, assinamos com o BRDE um Contrato de Mútuo à semelhança do assinado com o Badesul no montante de R\$ 100 milhões de reais, totalizando R\$ 225 milhões do total previsto de R\$ 300 milhões destinados para o programa Avançar Mais Cidades.

Tendo em vista a operação direta de transferência de recursos da CADIP para o BRDE e o aditivo contratual com o Badesul, os recursos originalmente previstos para o fundo de investimento em parceria com a Banrisul Corretora, para o

Comentário do Desempenho

Programa Avançar Mais Cidades foi ajustado para R\$ 75 milhões, com o objetivo de atender a demanda através do Banrisul.

No âmbito das PPPs, destaca-se a definição da participação da CADIP como empresa garantidora nos projetos dos aeroportos regionais de Passo Fundo e Santo Ângelo, cujo contrato foi assinado neste primeiro semestre de 2026. Destacamos o lançamento do Edital, ocorrido neste primeiro trimestre, para a PPP das escolas sendo que a CADIP também atuará como garantidora do contrato. Outras iniciativas semelhantes seguem em fase de estruturação pela SERG, como a PPP para construção do Novo Hospital Estadual Metropolitano (Viamão).

Sob a ótica econômico-financeira, a Companhia apresentou resultado líquido de R\$ 30,085 milhões no trimestre, com ativo total de R\$ 1,385 bilhão e patrimônio líquido de R\$ 1,329 bilhão, evidenciando solidez patrimonial. No passivo, registra-se montante aproximado de R\$ 56 milhões, composto principalmente por provisões para distribuição de dividendos (R\$ 39,739 milhões) e obrigações tributárias, incluindo imposto de renda (R\$ 16,228 milhões).

Esses resultados reafirmam o papel da CADIP como instrumento estratégico de política pública, conciliando solidez financeira com capacidade de indução ao desenvolvimento econômico do Estado.

Para os próximos trimestres, a CADIP seguirá concentrada em estruturação e operacionalização de fundos de investimento, ampliação de instrumentos financeiros inovadores, fortalecimento de seu papel como agente catalisador de investimentos no Estado e apoio a projetos estratégicos com impacto econômico relevante.

No que se refere às práticas ambientais, a Companhia não desenvolve atividades com potencial de impacto ambiental relevante, em consonância com seu objeto social. No campo da governança, mantém estrutura aderente ao disposto em seu Estatuto Social, com regras claras e mecanismos de controle estabelecidos.

Informações adicionais, incluindo o Estatuto Social e as demonstrações financeiras completas, encontram-se disponíveis no sítio eletrônico da Companhia.

Porto Alegre, 30 de junho de 2026.

A Administração

Notas Explicativas da Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 30 de
junho de 2026 e de 30 de junho de 2025
Em milhares de reais

1 Informações gerais

A Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP é uma sociedade de economia mista, vinculada à Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, com sede em Porto Alegre - RS.

A Companhia foi constituída em 26 de dezembro de 1995 pela Lei 10.600, de 26 de dezembro de 1995, sob a forma de sociedade anônima, sob controle do Estado do Rio Grande do Sul e teve recentemente seu objeto social alterado e ampliado através da Lei 16.209, de 16 de dezembro de 2024, o qual, através do seu art. 2º, passou a ter a seguinte redação:

I - prestar serviços destinados a auxiliar o Governo do Estado do Rio Grande do Sul na administração da dívida pública, bem como na estruturação e implementação de instrumentos financeiros necessários à execução do Plano de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul, podendo, inclusive:

- a) emitir e colocar no mercado obrigações, inclusive títulos e valores mobiliários, ou contratar financiamentos junto ao sistema financeiro nacional ou organismos multilaterais; e
- b) adquirir, alienar ou dar em garantia ativos;

II - prestar garantias em contratos de Parcerias Público-Privadas - PPP - firmados pelo Estado do Rio Grande do Sul; e

III - participar, de forma minoritária, no capital de empresas que atuem no Rio Grande do Sul, conforme condições estabelecidas em lei e observadas as diretrizes estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Estadual do Rio Grande do Sul.

As demonstrações financeiras foram liberadas pela Diretoria para exame da Auditoria em 08 de julho de 2026.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

Notas Explicativas da Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 30 de
junho de 2026 e de 30 de junho de 2025
Em milhares de reais

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB, e as Normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

2.3 Valores a receber – mútuo

A Companhia, alinhada às diretrizes do Governo Estadual, firmou, em 31 de outubro de 2025 e em 06 de junho de 2026, Instrumento Particular de Mútuo, Abertura de Linha de Crédito, Cessão Fiduciária e Outras Avenças, com o Badesul Desenvolvimento S.A. – Agência de Fomento/RS e Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, respectivamente. O crédito total é de R\$ 225 milhões que será destinado, exclusivamente, a servir de *funding* para operações de crédito, voltadas ao financiamento de projetos de investimentos realizados pelos municípios Gaúchos, através do Programa Avançar Mais Cidades. Em 2025 foi liberado o montante de R\$ 52 milhões e em 2026 o montante de R\$ 42 milhões, sendo que o total das liberações compila a cifra de R\$ 94 milhões.

2.4 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

A Administração informa que a Companhia não possui nenhuma operação que possa ser caracterizada como instrumento financeiro derivativo ou operações de *hedge*.

Os recursos financeiros destinados a alcançar o objeto social da Companhia estão representados, substancialmente, por caixa e equivalentes de caixa e por créditos a receber. Em função das suas características, a Administração da Companhia entende que os valores contábeis se situam em níveis

Notas Explicativas da Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 30 de
junho de 2026 e de 30 de junho de 2025
Em milhares de reais

líquidos de mercado.

2.5 Provisão para riscos fiscais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, com a probabilidade de que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da mesma possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, a estimativa de reembolso é reconhecida como um ativo em separado, mas apenas quando o valor for praticamente certo. As despesas relativas às provisões prováveis e possíveis são apresentadas na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.6 Reconhecimento da receita

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança. É provável que recursos financeiros futuros possam fluir para a Companhia, quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das suas atividades.

2.7 Demonstração do Valor Adicionado – DVA

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição, durante determinado período, é apresentada pela CADIP, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas Demonstrações Contábeis.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das Demonstrações Contábeis e seguindo as disposições contidas na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

2.8 Arrendamento Mercantil

Avaliamos os efeitos da aplicação da NBC TG 06 (R3) e não identificamos contratos que possam ser caracterizados como de arrendamento mercantil.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste

Notas Explicativas

Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 30 de junho de 2026 e de 30 de junho de 2025

Em milhares de reais

relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia atingiu integralmente o limite de compensação da base negativa da contribuição social e dos prejuízos fiscais acumulados até 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 23.645. Esse valor também representa o limite máximo de compensação aplicável para o resultado final de 2025, conforme a legislação fiscal vigente.

Adicionalmente, os créditos tributários decorrentes desses prejuízos fiscais e da base negativa, no montante de R\$ 8.039 em 2024, não foram reconhecidos contabilmente, em linha com uma abordagem conservadora, tendo em vista que sua realização está condicionada à geração futura de lucros tributáveis, a qual já ocorreu.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2026	31/12/2025
Bancos - conta movimento	-	-
Aplicações financeiras	1.261.998	1.272.138
	1.261.998	1.272.138

As aplicações financeiras referem-se a recursos aplicados em Fundos de Investimentos lastreados em títulos públicos federais e Certificados de Depósitos Bancários, em Instituições Financeiras Públicas, com liquidez diária, conforme abaixo:

	30/06/2026	31/12/2025
Banco Banrisul (CNPJ: 92.702.067/0001-96) – CDB Automático - Mensal	2.016	15
Banco Banrisul (CNPJ: 92.702.067/0001-96) – Depósito a Prazo CDB - Mensal	441.206	496.647
Banco do Brasil (CNPJ: 11.046.645/0001-81) – BB Ref DI TP FIF	816.708	775.476
Banco Banrisul (CNPJ: 65.451.763/0001-02) - FAFs	2.068	-
	1.261.998	1.272.138

Notas Explicativas da Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 30 de
junho de 2026 e de 30 de junho de 2025
Em milhares de reais

5 Disponíveis a longo prazo

O saldo registrado em Disponíveis a Longo Prazo corresponde a recursos destinados à constituição do sistema de garantias do Contrato de Parceria Público-Privada (PPP) dos Aeroportos, celebrado pelo Estado do Rio Grande do Sul, que compreende:

- (i) a manutenção do Saldo Garantia, correspondente ao valor líquido equivalente a seis contraprestações mensais, depositado pela CADIP em Conta Garantia em favor da Concessionária; e
- (ii) a Garantia Subsidiária, constituída mediante a vinculação de recursos provenientes dos repasses do Fundo de Participação dos Estados (FPE).

Para atendimento da garantia de responsabilidade da CADIP, os recursos encontram-se aplicados em fundo de investimento lastreado em títulos públicos federais, administrado por instituição financeira pública, e embora com liquidez diária, são classificados no longo prazo, pois não há expectativa de realização nos doze meses subsequentes:

	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Banco do Brasil - S/A 3798-2 (CNPJ: 11.046.645/0001-81) - GRT AEROPORTO	3.704	-
	<u>3.704</u>	<u>-</u>

6 Partes relacionadas

Em 30 de junho de 2026 e 30 de junho de 2025, as transações com partes relacionadas estão representadas, pelos contratos de mútuo, assinados em 31 de outubro de 2025 e 03 de junho de 2026, e pelas aplicações financeiras, descritas na Notas 2.3 e 4.

7 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 30 de junho de 2026 o Capital está composto por 4.069.715.169 de ações ordinárias nominativas sem valor nominal, pertencentes a acionistas domiciliados no Brasil.

Notas Explicativas da Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 30 de
junho de 2026 e de 30 de junho de 2025
Em milhares de reais

Em 16 de abril de 2025 o Acionista Estado do Rio Grande do Sul, alinhando-se ao Plano de Negócios da Companhia, efetuou integralização de Capital Social, no valor de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais).

Os valores do Capital Social estão assim constituídos:

	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Capital Social	1.210.200	1.210.200

(b) Reservas de lucros

(i) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76 e art. 31 do Estatuto Social.

(ii) Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros está representada pelo saldo remanescente de lucro líquido, após as destinações legais e estatutárias.

(c) Apropriação do lucro líquido do exercício

De acordo com o estatuto da Companhia, o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, terá as seguintes destinações:

(i) 5% (cinco por cento) para constituição de Reserva Legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do Capital Social;

(ii) No mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do Art. nº 202, da Lei nº 6.404/76, para pagamento de dividendos aos acionistas;

(iii) O saldo remanescente será destinado para dividendos ou constituição de outras reservas de lucros nos termos da lei.

Notas Explicativas da Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 30 de
junho de 2026 e de 30 de junho de 2025
Em milhares de reais

8 Remuneração dos administradores

Na forma do artigo 6º da Lei Estadual nº 10.600/95, de 26 de março de 1995, os Conselheiros e Diretores da Companhia são remunerados, simbolicamente, com a importância de R\$ 1,00 (um real), por reunião e por mês, respectivamente, uma vez que os trabalhos por eles desenvolvidos são considerados, pela Lei Estadual nº 10.600, de 28 de março de 1995, como de serviço público relevante.

9 Provisão para riscos fiscais

A Administração da Companhia tomou a decisão, conservadoramente, de constituir provisão para perda em processos judiciais, perante a Delegacia da Receita Federal de Porto Alegre - RS, referente à compensação de créditos tributários, inscritos em Dívida Ativa, no valor de R\$ 191mil, em 31 dezembro de 2024, e frente à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, referente ao questionamento quanto à aplicação de multa cominatória por alegado atraso de envio de documentos, no montante de R\$ 208mil, em 31 de dezembro de 2024, com decisão favorável à Companhia, face ao trânsito em julgado no litígio com a Receita Federal, a provisão foi revertida. No tocante às contingências com a CVM, mantiveram-se os valores originalmente efetivados em depósitos judiciais, assim constituídos:

DISTRIBUIÇÃO	VALORES			PROBABILIDADE DE SAÍDA DE RECURSOS
	CAUSA	DEPÓSITO JUDICIAL	PROVISÃO	
07/05/2013	51.881,04	51.881,04	51.881,04	Possível
21/12/2012	42.177,00	42.177,00	42.177,00	Possível
17/07/2020	24.563,62	24.563,62	24.563,62	Possível

10 Receitas operacionais

A Companhia realiza operações de concessão de crédito por meio de contratos de mútuo, auferindo receitas de juros sobre tais operações. Considerando que estas atividades estão alinhadas ao seu objeto social e são desempenhadas de forma recorrente, as receitas correspondentes são classificadas como operacionais.

A Administração entende que as receitas oriundas das atividades de contratos de mútuos representam parte da fonte de geração de resultado da Companhia, não se caracterizando como rendimentos acessórios de aplicações financeiras, mas sim como decorrência direta de sua atividade econômica.

Notas Explicativas da Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 30 de
junho de 2026 e de 30 de junho de 2025
Em milhares de reais

Adicionalmente, as operações financeiras realizadas estão sujeitas à incidência de IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), reforçando sua natureza como operações típicas de crédito no âmbito de atuação da Companhia.

11 Despesas gerais e administrativas

Nos períodos findos em 30 de junho de 2026 e 30 de junho de 2025, a Companhia possuía registradas as seguintes despesas administrativas:

	30/06/2026	30/06/2025
Serviços de terceiros	40	41
Impostos taxas e emolumentos	25	25
Publicações	99	65
	<u>164</u>	<u>131</u>

12 Eventos Subsequentes

Após o encerramento do trimestre, em 30 de junho de 2026, não ocorreram eventos subsequentes capazes de afetar, significativamente, o patrimônio da Companhia.

13 Ajustes de Exercícios Anteriores

Nos períodos do 1º e 2º trimestres de 2025 foram contabilizados R\$ 89 e R\$ 191, respectivamente, de ajuste a débito na conta “provisão para riscos fiscais” contra a conta de “reservas de lucros”. Pela irrelevância dos ajustes em relação ao Patrimônio Líquido, não reapresentamos as demonstrações financeiras conforme determina a NBC TG 23 (R2).

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

À
DD. DIRETORIA DA
CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL S.A. CADIP
PORTO ALEGRE RS

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais, da CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL S.A. CADIP, contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os períodos de seis meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL S.A. CADIP é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com a NBC TG 21(R4) Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em seus aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários. Enfatizamos que nossas conclusões não prescindem do que constam nas notas explicativas que acompanham as informações trimestrais.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da administração da CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL S.A. CADIP e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em seus aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais tomadas em conjunto.

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa nº 11 Ajustes de Exercícios Anteriores nos períodos do 1º e 2º trimestres de 2025 foram contabilizados R\$ 89 e R\$ 191, respectivamente, referentes ajuste a débito na conta "provisão para riscos fiscais" contra a conta de "reservas de lucros". Pela irrelevância do ajuste em relação ao Patrimônio Líquido, não reapresentamos as demonstrações conforme determina a NBC TG 23 (R2). Nossa conclusão não apresenta modificação em relação a este assunto.

Porto Alegre, 21 de julho de 2026.

MOREIRA ASSOCIADOS AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC RS 4632/0
DIEGO ROTERMUND MOREIRA
Contador CRC RS 68603
CNAI Nº 1128
Sócio Responsável Técnico

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

"Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A.- CAD/P, nos termos da lei e dos estatutos sociais, examinamos as Demonstrações Financeiras do trimestre encerrado em 30/06/2026, tendo presente ainda a Relatório dos Auditores Independentes, manifestamo-nos, por unanimidade, pela regularidade das referidas matérias."

Porto Alegre, 07 de agosto de 2026.

Paulo da Fontoura Sacco
Conselheiro

Juliana Debaquer
Conselheira

Juliana Debaquer
Conselheira

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. – CADIP, declaram que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao segunda trimestre de 2026, aprovando por unanimidade e sem ressalvas, as Demonstrações Contábeis da Companhia.

Porto Alegre, 13 de julho de 2026.

Carlos Eduardo Provenzano
Presidente

Cristiane Costa da Rosa
Diretora Administrativo-Financeira

Luis Antônio Medina Gomez
Diretor de Relações com Investidores

Guilherme Correa Petry
Diretor de Negócios e Governança

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os Diretores após revisão e discussão sobre as opiniões expressas no Relatório de auditoria sobre a revisão das informações financeiras intermediárias relativo as Demonstrações Financeiras da Companhia, de competência do segundo trimestre de 2026, manifestam, por unanimidade e sem ressalvas, pela conformidade da referida peça, à luz do regramento CVM.

Porto Alegre, 05 de agosto de 2026.

Carlos Eduardo Provenzano
Presidente

Cristiane Costa da Rosa
Diretora Técnica

Luis Antônio Medina Gomez
Diretor de Relações com Investidores

Guilherme Correa Petry
Diretor de Negócios e Governança